

Curso de Instrutor Saver/ especialista em Salvamento e desencarceramento

Curso de Regime Jurídico de Segurança Contra Incêndios em Edifícios
Curso de Quadro de Comando da Escola Nacional de Bombeiros
Curso de segurança no Combate a incêndios Florestais
Curso de especialização em incêndios Urbanos e industriais
Curso Tripulante de ambulância de Transporte
Curso de Técnicas de Salvamento e desencarceramento
Curso de Motivação e Liderança

IV — Experiência profissional mais relevante

2013/2016 — Comandante Operacional Distrital de Santarém da ANPC
2007/20013 — Comandante Operacional Municipal do Cartaxo
2006/2013 — Comandante dos Bombeiros Municipais do Cartaxo
2003/2006 — Técnico Superior da DGSP/ Adjunto do Diretor
1993/2003 — Oficial do exército português

V — Louvores e Condecorações

2015 — Louvor atribuído pelo Secretário de Estado da Administração Interna

2013 — Louvor atribuído pela Assembleia Municipal do Cartaxo
2011 — Louvor atribuído pelo Presidente da CM do Cartaxo
2006 — Louvor atribuído pelo Diretor do Estabelecimento Prisional de Santarém
2000 — Louvor atribuído pelo Comandante do Presídio Militar de Santarém
1997 — Louvor atribuído pelo Comandante do Batalhão de Comandos e Serviços
1994 — Louvor atribuído pelo Comandante do Regimento de Guarda-nção n.º 2

310336778

Despacho n.º 2696/2017

1 — Considerando o Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio, que aprova a Orgânica da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 21/2016, de 24 de maio, mormente o artigo 22.º relativo ao recrutamento no âmbito do Sistema Integrado de Operações e Socorro;

2 — Considerando a necessidade de assegurar o cumprimento das atribuições cometidas à ANPC, garantindo o prosseguimento do exercício das funções da Estrutura Operacional da ANPC;

3 — Considerando as competências previstas no n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 21/2016, de 24 de maio, determino o seguinte:

a) Por proposta do Comandante Operacional Nacional, Rui dos Santos Martins Esteves, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 21/2016, de 24 de maio, designo, em comissão de serviço, pelo período de três anos, para exercer funções de Comandante Operacional Distrital, do Comando Distrital de Operações de Socorro de Portalegre, o licenciado Rui Manuel Ginja Conchinha;

b) O nomeado possui o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e os objetivos desta Autoridade Nacional, sendo dotado das necessárias competências e aptidões técnicas para o exercício do respetivo cargo, conforme síntese curricular publicada em anexo;

c) O presente despacho produz efeitos a partir de 08 de fevereiro de 2017.

7 de março de 2017. — O Presidente, *Joaquim de Sousa Pereira Leitão*.

ANEXO

Nota curricular

I — Dados pessoais

Nome: Rui Manuel Ginja Conchinha
Data de Nascimento: 26 de novembro de 1965

II — Formação académica

Licenciatura em Enfermagem pela Escola Superior de Enfermagem de Portalegre
Pós-Graduação em Estratégias e Intervenções em Situações de Crise e Emergência

III — Formação complementar mais relevante

Curso Básico para Comandos da ENB
Curso de Combate a Incêndios Industriais na Refinaria de Sines
Curso de Gestão de Recursos Humanos da ENB
Curso de Liderança e Chefia da ENB
Curso de Segurança Contra Incêndios da ENB
Curso de Salvamento e Desencarceramento da ENB
Curso de Prevenção e Salvamento em Acidentes com Aeronaves da ANA
Curso de Sistema Nacional de Proteção e Socorro da ENB
Curso de Coordenadores Distritais de Formação da ENB
Curso de Quadros de Comando da ENB
Curso de Combate Incêndios Urbanos e Industriais na SEGANOSA-ESPANHA
Curso de Comportamento do Fogo Florestal e Segurança das Populações ADAI
Curso de Sensibilização e Intervenção Ambiental da ENB
Curso de Comunicação e Interação com os Média no Cenjor
Módulo de Aplicação de Conceitos Táticos da ENB
Módulo de Técnicas de Apoio à Decisão de Estado-maior da ENB
Módulo de Organização de Postos de Comando da ENB

IV — Experiência profissional mais relevante

Enfermeiro no Hospital Dr. José Maria Grande em Portalegre, com Categoria de graduado desde dezembro de 1999, trabalhando na área dos Cuidados Intensivos

Bombeiro Voluntário desde 1979 nos Bombeiros Voluntários de Castelo de Vide, no cargo de Comandante desde 1997 até 2006

Delegado Distrital de Formação da Escola Nacional de Bombeiros desde 2002 a 2006

Formador da Escola Nacional de Bombeiros para a área do Socorismo desde 1995

2.º Comandante Operacional Distrital do Comando Distrital de Operações de Socorro de Portalegre desde 15 de março de 2006 até maio de 2013

V — Louvores e Condecorações

Distinguido com o Crachá de Ouro, Medalhas, de Serviços Distintos Grau Ouro e Grau Prata da LBP Medalhas Grau Ouro Dedicção 25 de Anos de Bons e Efetivos Serviços, Grau Ouro 20 Anos da LBP Cinco louvores profissionais.

310336397

Despacho n.º 2697/2017

1 — Considerando o Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio, que aprova a Orgânica da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 21/2016, de 24 de maio, mormente o artigo 22.º relativo ao recrutamento no âmbito do Sistema Integrado de Operações e Socorro;

2 — Considerando a necessidade de assegurar o cumprimento das atribuições cometidas à ANPC, garantindo o prosseguimento do exercício das funções da Estrutura Operacional da ANPC;

3 — Considerando as competências previstas no n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 21/2016, de 24 de maio, determino o seguinte:

a) Por proposta do Comandante Operacional Nacional, Rui dos Santos Martins Esteves, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 21/2016, de 24 de maio, designo, em comissão de serviço, pelo período de três anos, para exercer funções de Comandante Operacional Distrital, do Comando Distrital de Operações de Socorro de Aveiro, o licenciado António José de Oliveira Ribeiro.

b) O nomeado possui o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e os objetivos desta Autoridade Nacional, sendo dotado das necessárias competências e aptidões técnicas para o exercício do respetivo cargo, conforme síntese curricular publicada em anexo.

c) O presente despacho produz efeitos a partir de 25 de janeiro de 2017.

7 de março de 2017. — O Presidente, *Joaquim de Sousa Pereira Leitão*.

ANEXO

Nota Curricular

I — Dados pessoais

Nome: António José de Oliveira Ribeiro
Data de nascimento: 06 de outubro de 1962

II — Formação académica

Licenciatura em engenharia da segurança do trabalho

III — Formação complementar mais relevante

Curso de deteção e desenvolvimento de potencial, Espaço Atlântico — Formação Financeira S.A

Curso de deteção e desenvolvimento potencial avançado, Espaço Atlântico — Formação Financeira S.A

Curso de formação pedagógica inicial de formadores

Estágio PC de colonne realizado em Pyla Sur Mer — SDIS 33/Depto. da Gironde

Curso aplicação de conceitos táticos — ENB

Curso técnicas de apoio à decisão de Estado-maior — ENB

Curso organização de postos de comando — ENB

Curso cooperação civil-militar (nível tático — operacional) — IESM
Training course on floods management — EU additional capacity reinforcement 5

CMI (Community Mechanism Introduction Course)

IV — Experiência profissional mais relevante

Desde 2013 — Comandante operacional de agrupamento distrital do centro norte

2012/2013 — Comandante operacional distrital de Aveiro

2006/2012 — 2.º Comandante operacional distrital de Aveiro

1995/2004 — Funcionário do Banco Espírito Santo

1985/1995 — Funcionário no Banco Português do Atlântico

V — Condecorações e louvores

Medalha de assiduidade — grau cobre (1988) prata (1995) e ouro (2000 e 2004) medalha de serviços distintos — grau cobre (2002) — Liga dos Bombeiros Portugueses

2008 — Louvor de S.E. o Secretário de Estado da Proteção Civil

2009 — Louvor de S.E. o Secretário de Estado da Proteção Civil

2011 — Medalha de Mérito de Proteção e Socorro — Grau Prata, Distintivo Laranja atribuída por S.E. o Ministro da Administração Interna
2015 — Louvor de S.E. a Ministra da Administração Interna

310336372

Despacho n.º 2698/2017

1 — Considerando o Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio, que aprova a Orgânica da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 21/2016, de 24 de maio, mormente o artigo 22.º relativo ao recrutamento no âmbito do Sistema Integrado de Operações e Socorro;

2 — Considerando a necessidade de assegurar o cumprimento das atribuições cometidas à ANPC, garantindo o prosseguimento do exercício das funções da Estrutura Operacional da ANPC;

3 — Considerando as competências previstas no n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 21/2016, de 24 de maio, determino o seguinte:

a) Por proposta do Comandante Operacional Nacional, Rui dos Santos Martins Esteves, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 21/2016, de 24 de maio, designo, em comissão de serviço, pelo período de três anos, para exercer funções de Comandante Operacional Distrital, do Comando Distrital de Operações de Socorro de Lisboa, o licenciado André Filipe Gomes Ramos Macedo Fernandes.

b) O nomeado possui o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e os objetivos desta Autoridade Nacional, sendo dotado das necessárias competências e aptidões técnicas para o exercício do respetivo cargo, conforme síntese curricular publicada em anexo.

c) O presente despacho produz efeitos a partir de 25 de janeiro de 2017.

7 de março de 2017. — O Presidente, *Joaquim de Sousa Pereira Leitão*.

ANEXO

Nota Curricular

I — Dados pessoais

Nome: André Filipe Gomes Ramos Macedo Fernandes

Data de nascimento: 17 de dezembro 1980

II — Formação académica

Licenciatura em geografia, na variante de geografia física e ordenamento do território, pela Universidade de Lisboa

III — Formação complementar mais relevante:

Security Course, curso no âmbito do Mecanismo Comunitário de Proteção Civil da União Europeia;

Curso de Quadros de Comando, ministrado pela Escola Nacional de Bombeiros

Curso de Estado-maior na Componente de Técnicas de Apoio à Decisão, Ministrado pelo Instituto Superior de Estudos Militares

International Coordination Course, curso no âmbito do Mecanismo Comunitário de Proteção Civil da União Europeia

Information Management Course, curso no âmbito do Mecanismo Comunitário de Proteção Civil da União Europeia

High Level Coordination Course, curso no âmbito do Mecanismo Comunitário de Proteção Civil da União Europeia

Assessment Mission Course, curso no âmbito do Mecanismo Comunitário de Proteção Civil da União Europeia

Operational Management Course, curso no âmbito do Mecanismo Comunitário de Proteção Civil da União Europeia

Community Mechanism Induction Course, curso no âmbito do Mecanismo Comunitário de Proteção Civil da União Europeia

Curso de Proteção Civil e Organização Municipal do Território, ministrado pela Autoridade Nacional de Proteção Civil

IV — Experiência profissional mais relevante:

Desde Janeiro de 2011 até à presente data — 2.º Comandante operacional distrital do

Comando Distrital de Operações de Socorro de Lisboa, da Autoridade Nacional de Proteção Civil

2008/2010 — Adjunto de operações distrital do Comando Distrital de Operações de

Socorro de Lisboa, da Autoridade Nacional de Proteção Civil

2005/2008 — Técnico Superior na Sociedade Parques de Sintra Monte da Lua, S. A.

2003/2005 — Colaborador do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa

V — Louvores e Condecorações

2015 — Louvor atribuído pelo Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil

2013 — Louvor atribuído pelo Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil

2011 — Louvor atribuído pelo Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil 2009 — Louvor atribuído por S.E. o Secretário de Estado da Proteção Civil.

310337085

Despacho n.º 2699/2017

1 — Considerando o Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio, que aprova a Orgânica da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 21/2016, de 24 de maio, mormente o artigo 22.º relativo ao recrutamento no âmbito do Sistema Integrado de Operações e Socorro;

2 — Considerando a necessidade de assegurar o cumprimento das atribuições cometidas à ANPC, garantindo o prosseguimento do exercício das funções da Estrutura Operacional da ANPC;

3 — Considerando as competências previstas no n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 21/2016, de 24 de maio, determino o seguinte:

a) Por proposta do Comandante Operacional Nacional, Rui dos Santos Martins Esteves, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 21/2016, de 24 de maio, designo, em comissão de serviço, pelo período de três anos, para exercer funções de Comandante Operacional Distrital do Comando Distrital de Operações de Socorro de Faro, o licenciado Vítor Norberto de Moraes Vaz Pinto.

b) O nomeado possui o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e os objetivos desta Autoridade Nacional, sendo dotado das necessárias competências e aptidões técnicas para o exercício do respetivo cargo, conforme síntese curricular publicada em anexo.

c) O presente despacho produz efeitos a partir de 25 de janeiro de 2017.

7 de março de 2017. — O Presidente, *Joaquim de Sousa Pereira Leitão*.